

Relatório de Administração

Senhores Associados,

Submetemos a V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício de 2017 da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Trabalhadores Portuários da Grande Vitória – Credestiva em milhares de reais, na forma da legislação em vigor. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES (www.sicoobes.com.br).

1. Política Operacional

Em 2017, a Credestiva completou 18 anos, mantendo a vocação de instituição financeira cooperativa muito atrativa para investimentos e para obtenção de crédito. A atuação junto aos Associados se dá pela captação de depósitos, pela concessão de empréstimos e pela prestação de serviços financeiros.

2. Nosso Desempenho

2.1) Retornos

ROE/ROA	Jan a Dez/2017	Jan a Dez/2016	Varição
Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio – anualizado	8,37	8,07	0,30
Retorno sobre Ativo Médio – anualizado	6,05	6,47	-0,42

2.2) Resultado

	Em Milhares R\$		%
	Jan a Dez/2017	Jan a Dez/2016	
Demonstração do Resultado do Período			Varição
Resultado da Intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	3.546	2.586	37,12
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	838	281	198,22
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	127	20	535,00
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	2.138	1.632	31,00
Despesas Tributárias	15	10	50,00
Outras receitas operacionais e resultado não operacional	142	100	42,00
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	123	12	925,00
Juros ao Capital	223	169	31,95
Sobras do exercício	492	458	7,42

Contribuíram para compor a Sobra do exercício de 2017:

Receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias: aumento de 535% e o resultado da intermediação financeira teve um aumento de 37,12% em relação ao mesmo período de 2016.

Quanto as despesas, a variação das despesas com pessoal e administrativas, em relação ao mesmo período de 2016, fosse de 31%.

Com a filiação ao Sicoob Central ES em agosto de 2016 houve receitas com ingressos de depósitos intercooperativos, que são os rendimentos que a Cooperativa recebeu do Sicoob Central ES pela centralização da administração financeira dos recursos que tiveram uma variação de 925% comparado com 2016.

Balanco Patrimonial (em 31/12/2017 e de 2016 - em milhares de R\$)

ATIVO	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		8.515	6.505
Disponibilidades	4	111	184
Títulos e Valores Mobiliários	5	-	820
Carteira Propria	-	-	820
Relações Interfinanceiras	6	2.903	236
Centralização Financeira - Cooperativas	-	2.903	236
Operações de Crédito	7	5.229	5.068
Empréstimos e Títulos Descontados	-	6.253	5.375
(-) Provisão para Operações de Crédito	7(f)	(1.024)	(307)
Outros Créditos	8	268	195
Crédito por Avais e Fianças Honrados	-	3	-
Rendas a Receber	-	22	4
Diversos	-	268	215
(-) Provisão para Outros Créditos	-	(25)	(24)
Outros Valores e Bens	9	4	2
Despesas Antecipadas	-	4	2
Não Circulante		6.870	5.768
Realizável a Longo Prazo	-	5.609	5.050
Operações de Crédito	7	5.609	5.050
Empréstimos e Títulos Descontados	-	5.609	5.050
Permanente		1.261	718
Investimentos	10	881	619
Participações em Cooperativas	-	881	619
Imobilizado de Uso	11	380	99
Outras Imobilizações e Uso	-	506	204
(-) Depreciação Acumulada	-	(126)	(105)
TOTAL		15.385	12.273
PASSIVO			
Circulante		4.238	2.177
Depósitos	12	2.830	1.646
Depósito à Vista	-	1.031	578
Depósito a Prazo	-	1.799	1.068
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	13.1	550	-
Empréstimo no País - Outras Instituições	-	550	-
Outras Obrigações	-	858	531
Cob. e Arrec. de Trib. e Assemelhados	14.1	6	1
Sociais e Estatutárias	14.2	192	212
Fiscais e Previdenciárias	14.3	45	44
Diversas	14.4	615	274
Patrimônio Líquido	13	11.147	10.096
Capital Social	-	9.926	9.017
De Domiciliados No País	-	9.927	9.017
(-) Capital a Realizar	-	(1)	-
Reserva de Sobras	-	729	621
Sobras Acumuladas	-	492	458
TOTAL		15.385	12.273

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Sobras ou Perdas

(em 31/12/2017 e de 2016 - em milhares de R\$)

	Nota	2º SEM.2017	31/12/2017	31/12/2016
Ingressos da Intermediação Financeira		1.916	3.783	2.738
Operações de Crédito	7.1	1.916	3.776	2.545
Res.de Op. com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	5.1	-	7	193
Dispêndios da Intermediação Financeira		(617)	(1.075)	(433)
Operações de Captação no Mercado	12.1	(106)	(198)	(152)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	13.2	(22)	(39)	-
Provisão para Operações de Créditos	-	(489)	(838)	(281)
Resultado Bruto Intermediação Financeira		1.299	2.708	2.305
Outros Ingressos / Rec. (Dispêndios / Desp.) Oper.		(918)	(1.862)	(1.561)
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços	-	41	79	7
Rendas (Ingressos) de Tarifas	-	35	48	13
Dispêndios/Despesas de Pessoal	19	(636)	(1.177)	(831)
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas	20	(491)	(961)	(801)
Dispêndios/Despesas Tributárias	-	(8)	(15)	(10)
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	-	91	123	12
Outros Ingressos/Rendas Operacionais	21	84	150	103
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	22	(34)	(109)	(54)
Resultado Operacional		381	846	744
Resultado Não Operacional		(2)	(8)	(3)
Resultado Antes da Tributação e Participações		379	838	741
Sobras / Perdas antes das Destinações		379	838	741
Destinações legais e Estatutárias	16(d)	-	(123)	(114)
F.A.T.E.S.	-	-	(61)	(57)
Reserva Legal	-	-	(62)	(57)
Resultado antes do Juros ao Capital		379	715	627
Juros ao Capital	18	-	(223)	(169)
Sobras / Perdas Líquidas		379	492	458

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Foi pago aos associados em 2017 o valor de R\$ 223 mil referente a juros ao capital.

2.3) Dados Patrimoniais

	Em Milhares R\$		
	Jan a Dez/2017	Jan a Dez/2016	Varição
Balanco Patrimonial			
Ativos Totais	15.385	12.273	25,36
Centralização Financeira	2.903	236	1.130,08
Carteira de Crédito	11.862	10.425	13,78
Depósitos	2.830	1.646	71,93
Patrimônio Líquido	11.147	10.096	10,41

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no exercício de 2017

O total de ativos atingiu R\$ 15.385 mil ao final de dezembro de 2017, com crescimento de 25,36% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os depósitos obtiveram um aumento de 71,93% considerando o mesmo período de 2016, atingindo no final do primeiro semestre de 2017 o montante de R\$ 2.830 mil.

O patrimônio líquido cresceu 10,41% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 11.147 mil.

2.3.1) Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ

Em Milhares R\$

	31/12/2017			31/12/2016			Varição		
	PF	PJ	Total	PF	PJ	Total	Valor total	% Total	
Carteira de Crédito									
Empréstimos	11.545	202	11.747	10.021	305	10.326	1.421	13,76%	
Conta Corrente	115	0	115	98	0	98	17	17,35%	
Total	11.660	202	11.862	10.119	305	10.424	1.438	13,80%	

3) Pessoas

Contávamos com 07 colaboradores no final de 2017. A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$ 1.177 mil.

4) Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidas a serem observados. A Cooperativa realiza também todas as consultas cadastrais e faz a avaliação do associado por meio do Rating (avaliação por pontos), buscando, assim, garantir ao máximo a liquidez das operações.

É adotada ainda a política de classificação de risco de crédito da carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682. No exercício de 2017, houve uma concentração de 68,80% nos níveis de risco "AA" a "C".

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

(em 31/12/2017 e de 2016 - em milhares de R\$)

DESCRIÇÃO	2º SEM. 2017	31/12/2017	31/12/2016
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas do Exercício Antes da Tributação e Partic.	379	838	741
Depreciações e Amortizações	11	22	19
Provisão de Juros ao Capital	(147)	(223)	(169)
Provisão para perda com operações de crédito	489	838	281
Resultado das baixas por obsolescencia do Ativo Imobilizado	-	-	4
	732	1.475	876
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Títulos e Valores Mobiliários	-	820	2.160
Operações de Crédito	(133)	(1.558)	(3.196)
Outros Créditos	(102)	(73)	(108)
Outros Valores e Bens	12	(2)	(2)
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos a Vista	441	454	452
Depósitos a Prazo	370	731	134
Outras Obrigações	304	326	(637)
Relações Interfinanceiras	-	-	(2)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	550	-
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	1.624	2.723	(323)
Atividades de Investimentos			
Inversões em Imobilizado de Uso	(298)	(302)	(53)
Inversões em Investimentos	(44)	(263)	(619)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(342)	(565)	(672)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	527	1.006	1.197
Devolução de Capital à Cooperados	(150)	(276)	(96)
Estorno de Capital	-	-	(1)
Dest. de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-	(2)	-
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados	-	(410)	(420)
FATES Sobras Exercício	(61)	(61)	(57)
Subscrição do Juros ao Capital	223	223	169
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(44)	(44)	-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	495	436	792
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	1.777	2.594	(203)
Modificações em Disponibilidades Líquida			
No Início do Período	1.237	420	623
No Fim do Período	3.014	3.014	420
Varição Líquida das Disponibilidades	1.777	2.594	(203)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas (em 31/12/2017 e de 2016 - em milhares de R\$)

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS TRABALHADORES PORTUÁRIOS DA GRANDE VITÓRIA - CREDESTIVA - CREDESTIVA, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 21 de fevereiro de 2000, filiada à CCC DO ESPÍRITO SANTO – SICOOB CENTRAL ES e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 3.859/2010, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

A CREDESTIVA possui 1 Posto de Atendimento (PA) na seguinte localidade: Vitória.

A CREDESTIVA tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposto em contrário. As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e evidenciam todas as informações

5) Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução e fortalecimento dos princípios e objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara segregação de funções. Cabem ao Conselho de Administração, órgão superior da administração da cooperativa eleito pelos Associados, as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa é monitorada periodicamente quanto à efetivação dos controles internos. Tal monitoramento é realizado pelo Sicoob Central ES que a partir de agosto de 2016, centralizou esse serviço adotando padrão de qualidade e atuação compatível com a realidade de nossas atividades, sistemas, produtos e serviços. Integra ainda a área de fiscalização a auditoria interna realizada periodicamente por auditor do Sicoob Central ES cuja metodologia e procedimentos aplicados seguem as políticas e manuais aprovados no sistema.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditores externos, que emitem relatórios conclusivos os quais são levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria sendo emitidos pareceres para conhecimento da Assembleia Geral. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe tal competência, além da autorização de funcionamento.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa utiliza várias ferramentas de gestão. Além do Estatuto Social, são seguidos regimentos e regulamentos.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos Associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6) Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 1 ano, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

7) Sistema de Ouvidoria

O Sicoob ES, conforme previsto na Resolução 4.433 de 23/07/2015 do Conselho Monetário Nacional, trabalha com sistema de ouvidoria centralizado e estrutura compartilhada com o Banco Cooperativo do Brasil - Bancob.

Em 2017, a Ouvidoria da Cooperativa registrou 2 demanda sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos por esta cooperativa, mas na análise foi classificada como improcedente.

8) Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos associados pela preferência e pela confiança depositada em nossa Cooperativa de crédito e na nossa Administração.

Vitória – ES, 31 de Janeiro de 2018.
Conselho de Administração.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

(em 31/12/2017 e de 2016 - em milhares de R\$)

Notas Explicativas (em 31/12/2017 e de 2016 - em milhares de R\$)

(e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

(g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL ES, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

(h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

(j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

(k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

(l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

(n) Obrigações legais

São aqueles que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

(o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

(p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

(q) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas nas sobras do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

(r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente que mereça divulgação para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017.

4. Disponibilidade

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Caixa (a)	111	128
Deposito Bancários	-	56
Total	111	184

(a) Numerário em tesouraria e terminais de autoatendimento das agências da Cooperativa.

5. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Título De Renda Fixa – Circulante	-	820
Total		

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI, no Banco Santander, no qual, em 2017 foi restado todo recurso e a Cooperativa está realizando a centralização financeira junto ao Sicoob Central ES.

5.1 Resultado de Operações com Tit. E Valores Mobil. e Instr. Financeiros

É constituído pelas receitas aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI, no banco Santander.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Rdc - pós-fixado	7	193
Total	7	193

6. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	2.903	236
Total	2.903	236

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL ES conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

6.1 As receitas recebidas dessa transação resultaram em 31/12/2017 no montante de R\$ 150 e em 31/12/2016 no montante de 103 com o título na Demonstração de Sobras e Perdas de "Ingressos de Depósitos Interooperativos".

7. Operações de crédito

As operações de crédito estão classificadas de acordo com o risco apresentado, amparadas por informações internas e externas em relação aos devedores e seus garantidores e em relação à operação, levando-se em conta, ainda, as situações de renda e patrimônio, bem como, outras informações cadastrais do devedor, conforme preconizado nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do Conselho Monetário Nacional.

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Operações de Crédito	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamento a Depositantes	15	4
Cheque Especial	100	94
Empréstimo	11.747	10.327
Total da Carteira de Crédito	11.862	10.425
(Provisão para operações de Crédito)	-1.024	-307
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	10.838	10.118

b) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a Depositantes	15	0	0	15
Cheque Especial	100	0	0	100
Empréstimos	1.859	4.279	5.609	11.747
TOTAL	1.974	4.279	5.609	11.862

c) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Carteira	Curso	31/12/2017										Total	31/12/2016
		AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
Adiantamento a Depositantes	Normal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
	Anormal	0	0	4	2	5	3	0	0	1			15
Cheque Especial	Normal	0	0	7	28	54	10	1	0	0	0	100	94
	Anormal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Empréstimo	Normal	0	298	4.265	2.493	1.762	64	45	0	132		9.059	9.074
	Anormal	0	0	423	642	760	421	206	72	164		2.688	1.253

Total Normal	Normal	0	298	4.274	2.521	1.817	74	45	0	132	9.159	9.171
Total Anormal	Anormal	0	0	426	643	765	424	206	72	165	2.703	1.254
Total		0	298	4.700	3.164	2.582	498	251	72	297	11.862	10.425

d) Composição da provisão por classificação de nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível de Risco	% Provisão	31/12/2017		31/12/2016	
		Valor Oper.	Provisão Const.	Valor Oper.	Provisão Const.
AA	-	0	0	0	0
A	0,5	298	1	4.696	24
B	1	4.700	47	3.528	36
C	3	3.164	95	980	29
D	10	2.582	258	983	98
E	30	498	149	130	39
F	50	251	126	53	26
G	70	72	51	1	1
H	100	297	297	54	54
Total		11.862	1.024	10.425	307

(*) Foi constituído no primeiro semestre de 2016 um provisão adicional no valor de R\$ 15 mil.

e) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financ.	31/12/2017	% da Carteira
Setor Privado - Serviços	0	202		2%
Pessoa Física	115	11.545	11.660	98%
TOTAL	115	11.747	11.862	100%

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	307	274
Constituições	836	173
Transferência para prejuízo	(119)	(140)
TOTAL	1.024	307

g) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	%Carteira Total
Maior Devedor	190	2%	193	2%
10 Maiores Devedores	803	7%	790	8%
50 Maiores Devedores	2.659	22%	2.563	25%

h) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	702	614
Valor das operações transferidas no período	119	140
Valor das operações recuperadas no período	(173)	(144)
Valor dos juros recebidos nas operações recuperadas	0	92
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	0	0
TOTAL	648	702

7.1 Operações de Crédito

A receita da intermediação financeira com operações de crédito compreende as receitas de juros de empréstimos e financiamentos, conta garantida, cheque especial e adiantamento a depositante.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Rendas de adiantamentos a depositantes	9	4
Rendas de empréstimos	3.592	2.328
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	175	213
Total	3.776	2.545

8. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, conforme demonstrado:

8 Descrição – Curto Prazo	31/12/2017	31/12/2016
Avais e Fianças Honorados	3	-
Credito por avais e Fianças Honorados	3	-
Rendas a Receber	22	4
Rendas a receber - Cartões	4	1
Centralização financeira	16	2
Outras Rendas a Receber	2	1
Diversos	268	215
Adiantamentos e Antecipação Salariais	2	-
Adiantamento de Férias	2	-
Adiantamentos Diversos	10	-
Adiantamento para despesas Diversas	10	-
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	68	-
Adiantamento por Conta de Imobilizações	68	-
Impostos e Contribuições a Compensar	22	16
Saldo Negativo IRPJ – Exercícios Anteriores	3	-
Saldo Negativo CSSL – Exercícios Anteriores	2	-
ISS – Imposto sobre Serviço	1	1
IRPJ - Antecipações	1	-
Valores a Restituir - PERDECOMP	15	15
Pagamentos a Ressarcir	71	71
Outros	71	71
Títulos de Crédito a Receber	1	1
Tarifas a Receber	1	1
Devedores Diversos - País	94	127
Diferenças de Caixa	-	4
Pendências a Regularizar	4	6
Empresa Conta Desconto em Folha	90	117
Total	293	219

(-) Provisão para Outros Créditos	(25)	(24)
(-) Com característica de concessão de crédito	(1)	-
(-) Sem característica de concessão de crédito	(24)	(24)
Total Outros créditos Líquido	268	195

9. Outros valores e bens

Encontram-se registrados neste grupo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesa Antecipada	4	2
Prêmio de seguros	-	1
Outros	4	1
Total	4	2

10. Investimentos

O saldo é representado por quotas do SICOOB CENTRAL ES.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Cooperativa Central de Credito do Espirito Santo – Sicoob Central	881	619
Total	881	619

11. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação	31/12/2017	31/12/2016
Outros		294	-
Saldo Imobilizado em Curso	-	294	-
Móveis e Equipamentos	10%	105	105
(-) depreciação acumulada de móveis e equipamentos de uso	(58)	(48)	
Saldo Móveis e Equipamentos		47	57
Sistema de Processamento de Dados	10%	90	82
(-) sistema de processamento de dados	(64)	(55)	
Saldo Sistema de Processamento de Dados		26	27
Sistemas de Comunicação	20%	12	12
(-) sistema de comunicação-equipamentos	(3)	(1)	
Saldo Sistemas de Comunicação		9	11
Sistemas de Segurança	10%	5	5
(-) depreciação acumulada - sistema de segurança	(1)	(1)	
Saldo Sistemas de Segurança		4	4
Subtotal		506	204
Depreciação acumulada	(126)	(105)	
Total Líquido Imobilizado.		380	99

12. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Depósito à Vista	1.031	578
Depósito a Prazo	1.799	1.068
Total	2.830	1.646

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº 4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	%Carteira Total

Notas Explicativas (em 31/12/2017 e de 2016 - em milhares de R\$)

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Receita de prestação de serviços	91	4
Despesas específicas de atos não cooperativos	(30)	(6)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(43)	(2)
Resultado operacional	(8)	(3)
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(8)	(3)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	2	(7)

18. Juros sobre o Capital Próprio

A Cooperativa provisionou juros sobre o capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A provisão está sendo constituída em 80% da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997. O pagamento se efetivará no encerramento do exercício.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Juros ao Capital	223	169
Juros ao Capital – Associados Desligados	-	-
Creditado em Conta Corrente	44	-
Valor incorporado a conta capital	179	169

19. Dispêndios/Despesas com Pessoal

São constituídas pelos salários, honorários, benefícios e encargos provisionados e pagos aos empregados da Cooperativa.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de honorários	327	279
Despesas de pessoal - benefícios	186	116
Despesas de pessoal - encargos sociais	211	153
Despesas de pessoal - proventos	449	272
Despesas de remuneração de estagiários	4	11
Total	1.177	831

20. Outros Dispêndios/Despesas Administrativas

Outras Despesas Administrativas são constituídas por despesas de manutenção de sua infra-estrutura operacional tais como, água, luz, telecomunicações, publicações, processamento de dados, além de serviços financeiros, de suporte técnico, consultoria, dentre outros.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de água energia e gás	13	13
Despesas de aluguéis	5	15
Despesas de comunicações	50	63
Despesas de manutenção e conservação de bens	6	27
Despesas de material	14	25
Despesas de processamento de dados	94	108
Despesas de promoções e relações públicas	128	124
Despesas de propaganda e publicidade	25	3
Despesas de publicações	1	1
Despesas de seguros	2	0
Despesas de serviços do sistema financeiro	195	40
Despesas de serviços de terceiros	32	39
Despesas de serviços de vigilância e segurança	99	122
Despesas de serviços técnicos especializados	30	62
Despesas de transporte	15	8
Despesas de viagem ao exterior	1	0
Despesas de viagem no país	16	10
Outras despesas administrativas	213	122
Despesas de depreciação	22	19
Total	961	801

21. Outros Ingressos/rendas operacionais

Refletem principalmente recuperação de encargos e despesas, reversão de garantias prestadas, reversão provisão para contingência e receitas com cartão de crédito.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Outros créditos de liquidação duvidosa	0	2
Reversão provisão para garantias prestadas	1	0
Rendas juros cartão de crédito	11	0
Rendas multas por atraso - cartão de crédito	2	0
Rendas intercâmbio - cartão de crédito	13	1
Outras rendas operacionais	116	97
Outros	7	3
Total	150	103

(a) Consiste em tarifas descontadas em folha de pagamento dos estivedores.

22. Outros dispêndios/despesas operacionais

São despesas de provisões para provisão de garantias prestadas, descontos concedidos em operações de crédito, e contribuição ao fundo de tecnologia da confederação.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Provisão para garantias presta	9	0
Operações de crédito	0	1
Descontos concedidos - operaçõ	79	41
Multa e juros diversos	2	3
Cancelamento - tarifas pendentes	0	2
Outras despesas operacionais	2	3
Estorno juros mora - oper crédito - rpl	0	1
Contrib. ao fundo tecnologia da informação	17	5
Total	109	54

23. Resultado não operacional

O Resultado Não Operacional consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Ganho de capital	1	2
(-) Perdas de capital	(7)	(5)
(-) Outras despesas não operacionais	(2)	-
Total	(8)	(3)

24. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Operações ativas das partes relacionadas – saldo em 31/12/2017:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	4	(1)	4%
Empréstimo	248	(32)	2%
Percentual em relação a carteira ativa referente a movimentação total			

Descrição	31/12/2017
Empréstimos	2,47

Operações passivas das partes relacionadas – saldo em 31/12/2017:

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa - %
Depósitos a Vista	41	4,01%	-
Depósitos a Prazo	242	13,48%	30 dias - 1,06; 60 dias 1,12; 90 dias 1,18.

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida e empréstimos à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das operações (Ativas/Passivas)	Taxas Aplicadas em relação as partes relacionadas	Taxa aprovada pelo conselho de adm./ Diretoria Executiva
Cheque Especial	6,97% a.m	6,97% a.m
Empréstimos	1 a 12x - 1,5%; 13 a 18x - 1,9%; 19 a 24x - 2,5%; 25 a 36x - 2,7%	1 a 12x - 1,5%; 13 a 18x - 1,9%; 19 a 24x - 2,5%; 25 a 36x - 2,7%
Aplicações financeiras – RDC Longo CDI	30 dias - 1,06; 60 dias 1,12; 90 dias 1,18.	30 dias - 1,06; 60 dias 1,12; 90 dias 1,18.

Em 31/12/2017, os benefícios monetários e não monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, custeio parcial de plano de saúde, seguro de vida e previdência privada, apresentando-se da seguinte forma:

Benefício monetários	31/12/2017
Honorários e Cédula de Presença	327

A Cooperativa apresenta os valores de transação com as partes relacionadas que teve com o Sicoob Central ES.

Transações com Sicoob Central ES	31/12/2017	31/12/2017
Ativo	2.903	236
Relações Interfinanceiras	2.903	236
Passivo	550	550
Obrigações por Empréstimos e Repasses	550	550
Receitas	123	12
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	123	12
Despesas	122	40
Operações de Empréstimos e Repasses	39	-
Despesas Administrativas (Rateio Despesas da Central)	83	40

25. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS TRABALHADORES PORTUÁRIOS DA GRANDE VITÓRIA - CREDESTIVA, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCC DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL ES, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL ES a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDESTIVA responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL ES perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

26. Gerenciamento de Risco

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN nº. 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no Sicoob Confederação, a Superintendência de Gestão de Risco e Capitais, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

26.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Baseia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAOpad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

26.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS TRABALHADORES PORTUÁRIOS DA GRANDE VITÓRIA - CREDESTIVA objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.464/2007 e artigo 8 Resolução CMN 4.090/2012, a COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS TRABALHADORES PORTUÁRIOS DA GRANDE VITÓRIA - CREDESTIVA aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência ao modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, a COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS TRABALHADORES PORTUÁRIOS DA GRANDE VITÓRIA - CREDESTIVA possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de liquidez da entidade.

26.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS TRABALHADORES PORTUÁRIOS DA GRANDE VITÓRIA - CREDESTIVA objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 3.721/2009, a COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS TRABALHADORES PORTUÁRIOS DA GRANDE VITÓRIA - CREDESTIVA aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Sicoob Confederação (Sicoob), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS TRABALHADORES PORTUÁRIOS DA GRANDE VITÓRIA - CREDESTIVA possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

26.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS TRABALHADORES PORTUÁRIOS DA GRANDE VITÓRIA - CREDESTIVA objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, a COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS TRABALHADORES PORTUÁRIOS DA GRANDE VITÓRIA - CREDESTIVA aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

27. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 255, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

28. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis,

consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

29. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 3444, de 28/02/2007, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Patrimônio de Referência	11.147	10.096
Margem de Compatibilização	9.758	8.869
Índice da Basileia	104,34	106,99
Margem de Imobilização	5.194	4.949

Vitória-ES, 31 de dezembro de 2017.

Orly Campos Diretor Presidente CPF: 751.159.997-49	Clóvis José Castiglioni Diretor Tesoureiro CPF: 526.867.527-34	Fábia Lorena Rosi Mantovanelli Contadora CRC nº 013868/O-8-ES CPF: 007.835.517-62
---	---	--

Relatório de Auditoria

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuos dos Trabalhadores Portuários da Grande Vitória - CREDESTIVA

Vitória/ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuos dos Trabalhadores Portuários da Grande Vitória - Credestiva, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Credestiva em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis da Credestiva para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 16 de março de 2017 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencion